

*Textos para
Discussão*

Textos para Discussão

Paulo Henrique de Almeida
Paulo Balanco

Faculdade de Ciências Econômicas
Salvador
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - FCE

Diretor

Luiz Antônio Mattos Filgueiras

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

Coordenador

André Garcez Ghirardi

Projeto gráfico e capa

Alana Carvalho

Gabriela Nascimento

Editoração eletrônica

Linivaldo Greenhalgh

Apresentação

O presente **Texto para Discussão**, mais do que a continuação de uma série publicada pelo Mestrado de Economia e que apresenta trabalhos elaborados por professores da Faculdade de Ciências Econômicas, se constitui numa homenagem à memória do professor José Roberto Ottoni de Mendonça. Aprovada, formalizada e implementada pela Congregação da Instituição, na qual trabalhou por vinte anos, esta homenagem expressa a vontade dos professores, funcionários e estudantes dessa casa em manifestar o seu apreço e a sua saudade por uma das pessoas mais queridas que já trabalharam nessa Faculdade.

Professor Assistente em Regime de Dedicção Exclusiva, o Zé — era assim que o chamávamos — ensinou, entre outras disciplinas, Política e Programação Econômica, Economia Internacional, Análise da Economia Brasileira, Evolução do Capitalismo e, mais recentemente, Economia Política. Nascido no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1949, filho de pai militar, morou em diversas cidades: Belo Horizonte, Ibicaré, Joacaba, Curitiba, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Paris. Courseu Economia na UFRJ e na UFBA,

entre 1969 e 1972, e obteve, em 1976, o “Diplôme d’Études Approfondies” - DEA, com especialização em Programação Econômica, no Institut d’Études du Développement Economique et Social – IEDES – Paris I – Sorbonne, sob a orientação do professor Pierre Salama. Posteriormente, nessa mesma Instituição, iniciou o Doctorat de III^e Cycle. Na área administrativa, entre 1982 e 1984, trabalhou como Chefe do Departamento de Economia Aplicada.

Os dois textos desta publicação, “O Mercado no Socialismo: a Teorização de Trotsky para a Industrialização Soviética com Integração ao Mercado Mundial”, de autoria do professor Paulo Balanco, e “Trotsky, da Defesa da Autarcia à Crítica do Ultra-Protecionismo”, do professor Paulo Henrique de Almeida, foram escolhidos por uma razão muito clara: o professor Zé Roberto era um marxista-trotsquista convicto. Assim, nada mais adequado para homenageá-lo do que colocar para debate as idéias desse revolucionário russo, um dos pensadores políticos mais importantes do século XX.

Os dois autores, através de Trotsky, abordam um problema que constituiu uma questão central em toda trajetória da Revolução Russa e na formação da União Soviética, desde seu início em 1917 até sua desintegração em 1989: o papel do mercado, das relações mercantis/capitalistas, na construção e desenvolvimento do socialismo.

Essa questão pode parecer, para os céticos – ex-socialistas, neoliberais e os que decretaram o “fim da história” - ou para aqueles que não são familiarizados com a literatura e o debate marxistas, apenas uma curiosidade ou, no máximo, um registro histórico sem maiores conseqüências para a realidade econômico-política atual. No entanto, para os que acreditam que o futuro da humanidade não se resume a uma única via possível e que constatam que o capitalismo turbinado/globalizado dos últimos trinta anos reafirmou, de forma radical, todas as tendências sociais regressivas desse sistema, em que pese a sua extraordinária capacidade de criar riqueza, esse debate e muitos outros referentes ao socialismo dizem respeito também ao nosso tempo.

Luiz Filgueiras
(Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas)

Depoimentos de Amigos e Colegas

Zezinho era um grande irmão. Para ele, o mundo era muito a relação com as pessoas que ele gostava, as idéias dele e a vontade de mudar o mundo em volta. Trotsquista, estudava mais que atuava. Ensinava Economia Política na escola. Assumidamente marxista, às vezes deixava os alunos muito livres. Mas sempre do lado dos estudantes. Às vezes dava trabalho aos gestores da Faculdade. Mas sempre em defesa da Universidade pública. Sempre de acordo com a militância sindical dos professores.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Esse jeito ajuda a explicar o tanto que o Zé se fez estimado por onde passou. Tinha amigos dos mais variados matizes e nacionalidades. Tive oportunidade de testemunhar manifestações de afeto sincero por

ele de pessoas situadas em extremos opostos do espectro ideológico... Tinha amigos intelectuais, biriteiros, velhos, jovens, trambiqueiros, professores, marinheiros e o diabo a quatro. Gente dos circuitos da militância, da universidade, do iatismo e das infundáveis madrugadas boêmias. E as mulheres, é claro. Confessou-me certa feita que se surpreendia pelos quereres que despertava, sem ser exatamente belo. À parte isso, não disfarçava a vaidade pela sorte de contar com duas mulheres especialíssimas: a mãe, Tereza, e a filha, Mariana.

Paulo Alves (Ameba)

Sempre foi um grande humanista socialista que tinha como grandes companheiros teóricos à Marx, Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky e à Che Guevara. Desde os anos 70, militou pela fundação de um partido operário independente e por sindicatos livres, inclusive nas antigas associações de professores como a APLB e a APLUB.

Jorge Nóvoa

Zé Roberto foi, acima de tudo, uma pessoa boa, um grande ser humano. Todas as pessoas que conheço, sem exceção, que tiveram com ele algum tipo de relação, gostavam muito dele. O desapego para com as coisas materiais e o comportamento solidário, traços marcantes de sua personalidade e de seu jeito de ser, se expressavam tanto em sua dimensão social e política - para com os oprimidos e excluídos pela sociedade capitalista -, quanto no âmbito das relações pessoais, com os amigos e colegas de trabalho. Talvez a melhor definição para o Zé tenha sido dada pelo professor Alberto Valença, quando afirmou que ele foi uma pessoa doce e amiga.

Luiz Filgueiras





Trotsky, da Defesa da Autarcia à Crítica do Ultra-protecionismo

Paulo Henrique de Almeida
Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA

Este artigo é baseado em uma seção do terceiro capítulo da nossa tese de doutoramento, cujo título é *O isolamento socialista: uma variante da autarcia — esboço de uma história da idéia de autarcia*, e que foi defendida em setembro de 1994, na Universidade de Paris X — Nanterre, sob orientação do Prof. Jacques Valier.¹

A tese trata da evolução da idéia de autarcia, isto é, do sistema idealista segundo o qual um país deve procurar ser auto-suficiente em termos econômicos. Ela acompanha esta evolução no curso do pensamento econômico e analisa, mais particularmente, o desenvolvimento de uma concepção singular de autarcia: aquela que resulta na doutrina estalinista do “socialismo em um só país”. Ela propõe dois níveis de análise: o primeiro diz respeito à história das idéias; o segundo, à história concreta.

No que concerne a história das idéias, a tese investiga as fontes do discurso autárquico contemporâneo para mostrar de que modo este discurso está impregnado pelas concepções de um certo utopismo social. No que se refere à história concreta, procure

avaliar o impacto de certas conjunturas econômicas sobre a evolução do pensamento autárquico e, invertendo esta ótica, estudar a influência das doutrinas autárquicas sobre as grandes crises do comércio mundial. O "autarcismo" é examinado como concepção original, oposta não somente ao livre-cambismo, mas também ao mercantilismo e ao protecionismo industrial.

A pesquisa, desenvolvida entre 1990 e 1994, compreendeu, sobretudo, o período entre as crises econômicas internacionais de 1873 e 1929, mas trabalhou também a evolução das concepções de desenvolvimento autárquico que surgiram após 1945. Do ponto de vista da história do pensamento econômico, concluiu-se que a doutrina estalinista é herdeira de uma antiquíssima noção de economia ideal "fechada", que reaparece no interior do movimento socialista alemão a partir do século XIX². Do ponto de vista da história econômica, comprovou-se que a política estalinista de autarcia foi apenas uma variante das políticas autárquicas praticadas no período entre as duas guerras mundiais.

O capítulo de onde se origina este artigo explora o *discurso autárquico de esquerda*, dos social-democratas austro-alemães aos estalinistas, passando pelos bolcheviques. Sua terceira seção — *os bolcheviques e a autarcia* — examina o zig-zag teórico das principais lideranças políticas do comunismo soviético, nas três primeiras décadas do século XX. De Lenine a Stalin, procura-se mostrar como a defesa de um regime revolucionário *isolado* (a Rússia de 1917-1922) se transforma na apologia do "socialismo" num país *separado* da economia mundial (a URSS dos anos subsequentes). Neste contexto, as metamorfoses da posição de Leon Trotsky, do período pré-revolucionário à maturidade encontrada durante seu exílio forçado nos anos 1930, são particulares. Enquanto a maioria dos bolcheviques marcha do discurso internacionalista para o autarcismo mais vulgar, Trotsky, após uma curta fase de discurso autárquico nos primeiros anos da revolução, acaba optando pelo caminho inverso.

As conseqüências lógicas e teóricas desse percurso contra a corrente são discutidas nas páginas que se seguem.

— *Balanco e Perspectivas*

Richard Day (1973), um dos maiores estudiosos contemporâneos do pensamento de Trotsky, nota que se pode encontrar numa primeira obra teórica importante deste revolucionário (*Balanco e perspectivas*, 1906) uma certa concepção do socialismo *isolado* (mas não *autárquico*). Expliquemos.

Trotsky sublinha nesse texto, um dos mais brilhantes documentos do marxismo russo, que a ação do Estado czarista serviu para demonstrar que “o Estado [é] um meio extremamente poderoso de organizar, de desorganizar e de reorganizar as relações sociais”, e que “a depender daqueles que o controlem, ele pode vir a ser uma potente alavanca para a revolução [...]”. Uma conclusão se desdobra deste ponto de vista: um Estado revolucionário russo pode, como no caso análogo do Estado czarista, utilizar certos métodos clássicos para acelerar o desenvolvimento industrial — o protecionismo, a política orçamentária, a reforma agrária etc. — e começar assim a construção de uma economia socialista. Dito de outro modo, a intervenção de um Estado revolucionário pode servir para “queimar” as etapas de desenvolvimento num país atrasado, supostamente “imaturo” para o socialismo (1905:451-455).

Certo, Trotsky nota logo em seguida que isso não seria possível em um contexto de autarquia. Ele reconhece em *Balanço e perspectivas*, seguindo, em princípio, o discurso de Marx, que o socialismo numa economia fechada constitui um contra-senso histórico. De fato, o desenvolvimento das forças produtivas exige a superação das fronteiras econômicas nacionais já sob o capitalismo. A intervenção de um Estado socialista russo só poderia erguer uma nova economia se fosse assegurado o acesso aos produtos, tecnologias e capitais importados do resto do mundo.

Trata-se em *Balanço e perspectivas* de uma concepção de revolução muito próxima daquela avançada por Lenine em 1915, num artigo famoso, intitulado *A Propósito da palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa*. Com efeito, pode-se sempre dizer que as fórmulas de Trotsky em 1906 são fundadas na espera da revolução mundial (e é verdade), mas isto não nega o fato de que sua estratégia revolucionária no plano nacional é, como a de Lenine, uma estratégia de *transição*. O que significa dizer: se não se pode construir o socialismo “integral” num só país, pode-se ao menos “iniciar” esta construção. A idéia de uma *simultaneidade* necessária das “transições” nacionais — sustentada por Marx — é assim, em última instância, descartada. A condição implícita para isso sendo, bem entendido, a integração do Estado revolucionário à economia mundial, *apesar* de um eventual isolamento político da revolução.

É verdade que Trotsky critica em 1915 o texto de Lenine sobre a proposta dos “Estados Unidos da Europa”. Ele não acredita, em 1915, que uma Rússia revolucionária possa resistir às pressões de uma Europa capitalista e conservadora. Mas quando se analisa o porquê desta oposição, pode-se perceber que ela se desenvolve principalmente

em torno da questão do “prazo” possível para a espera da revolução mundial. De fato, tanto nos anos 1910, quanto nos anos 1930, Trotsky não nega a possibilidade de iniciar a revolução num só país; o que ele nega é a possibilidade de uma transição prolongada na escala nacional. Na hipótese de um atraso considerável da revolução mundial, diz ele, profeticamente, o socialismo na escala nacional tenderia à estagnação e a degenerescência e, em seguida, ao retorno ao capitalismo.

Mas até aqui o que se examinou, brevemente, foi o discurso de Trotsky de antes de 1917. Este discurso vai mudar duas vezes de orientação a partir da Revolução de Outubro.

Terrorismo e Comunismo

Logo que Trotsky compreende que a Rússia revolucionária está não apenas politicamente isolada, mas também economicamente *excluída* do sistema mundial de Estados, ele adota um ponto de vista inteiramente autárquico: aquele de 1920, que pode ser encontrado em *Terrorismo e Comunismo*.

Trotsky, nota ainda Richard Day (1973:48), apresenta nessa época um discurso contraditório. De um lado, ele não abandona completamente a esperança de uma supressão do bloqueio econômico ocidental; mas, de outro, ele parece muito cético quanto às possíveis vantagens desta supressão. Diante das dificuldades econômicas dos países da Europa ocidental no imediato após-guerra, ele não acredita que estes possam fornecer os bens de capital de que a Rússia necessita. Além disso, na época, as potências ocidentais continuam a exigir uma revisão das medidas de repúdio à dívida externa czarista e de estatização adotadas pelo governo soviético. Assim, segundo Trotsky, a expectativa de um restabelecimento de relações econômicas “normais” com o Ocidente constitui, em 1920, uma “pura utopia”. A Rússia deve contar antes de tudo com suas próprias forças.

Lembremos que Trotsky é nesse momento um dos partidários mais radicais da estratégia do “comunismo de guerra”. Ele crê na passagem direta do “comunismo de guerra” ao “verdadeiro” comunismo. Sobre este tema, seu raciocínio tem alguma similaridade com o de Hilferding ou de Lenine, quando estes líderes social-democratas pensam a revolução alemã durante a guerra de 1914-1918. De fato, segundo estes, a economia socialista alemã poderia se desdobrar da economia de guerra dirigida, o “capitalismo de Estado” dando lugar ao “socialismo de Estado”. Para o Trotsky de 1920, o “comunismo de guerra” russo constitui um “paralelo heróico” do “socialismo de guerra” alemão dos anos 1914-1918, ele também anuncia a nova sociedade. A similaridade é,

entretanto, apenas aparente, como o próprio Trotsky reconheceria mais tarde. A Alemanha derrotada de 1918 ainda era uma potência industrial. A Rússia de 1920 era um país agrário e arrasado (sobre esta questão é suficiente ver sua autocrítica de 1936 (1989:22)).

Mas em que consiste para Trotsky, em 1920, a estratégia da passagem “direta”? Nós acabamos de avançar: trata-se de contar com as próprias forças da Rússia para construir um “comunismo limitado” em escala nacional. Para compreender claramente o caráter *autárquico* desta estratégia, analisemos as proposições econômicas apresentadas por Trotsky no início dos anos 1920.

Primeiramente, ele sustenta a idéia de uma industrialização centrada na prioridade à indústria pesada. Enquanto Lenine começa a sugerir, já neste momento, um desenvolvimento baseado inicialmente na agricultura e na indústria leve, aceitando, neste sentido, a restauração da circulação monetária e mesmo do comércio privado, Trotsky superestima as possibilidades abertas pela planificação, propõe uma economia sem moeda e sem mercado e recomenda um programa radical de substituição de importações de bens de equipamento. Trotsky sugere esta estratégia porque ele supõe que o distanciamento da Rússia em relação ao mercado mundial vai durar muito tempo. De todo modo, não é por acaso que Aléxis Rykov e outros dirigentes do Partido bolchevique vão acusá-lo de teorizar uma economia socialista não somente “isolada”, mas também “separada” do resto do mundo (ver Day, 1973:27-33 e ainda Dallemagne, 1979).

Em segundo lugar, Trotsky apresenta a idéia de um desenvolvimento apoiado principalmente na mobilização da força de trabalho, isto é em métodos de produção fortemente intensivos em mão-de-obra.

“A chave da economia — escreve ele em 1920 — é a mão-de-obra, quer ela seja qualificada, pouco qualificada, meio qualificada, bruta etc.. Encontrar os meios de chegar a recenseá-la exatamente, de mobilizá-la, de reparti-la, de utilizá-la produtivamente significa resolver praticamente o problema de nossa edificação econômica.”

Partindo desse postulado, Trotsky vai associar a planificação a sua própria noção de “militarização” do trabalho:

“[...] não pode existir entre nós outro meio para alcançar o socialismo que não seja uma direção autoritária das forças e dos recursos econômicos do país, uma repartição centralizada da força operária de acordo com o plano governamental geral. O estado operário se considera no direito de enviar todo trabalhador para onde seu trabalho for necessário” (Trotsky, 1984:200-203).

Esta concepção de economia planificada é conhecida. Johann Gottlieb Fichte foi o primeiro a sugerir um planejamento assentado no direito do Estado de recorrer à coação para transferir trabalhadores de uma atividade para outra. A única diferença importante é que Fichte imagina, em 1800, uma economia de pequenos produtores “independentes”, porém, “dirigidos”, enquanto Trotsky pensa, em 1920, numa economia quase que inteiramente estatal (ver Fichte, 1980 e Almeida, 1999).

Essa concepção estratégica de industrialização é também conhecida. Em última análise, o que Trotsky antecipa em 1920 é o modelo de Stalin, copiado mais tarde por Mao e muitos outros. De fato, em que consiste a estratégia estalinista dos anos 1930, ou a do maoísmo de 1958, senão num voluntarismo economicista que preconiza a construção de uma indústria pesada a partir da utilização intensiva de força de trabalho? Neste mesmo sentido, não se pode dizer que a “militarização” do trabalho é uma quase antecipação do “stakhanovismo”?³

Mas devemos identificar ainda um terceiro elemento importante do programa econômico formulado por Trotsky no início dos anos 1920 – a “proporcionalidade”. Certo, a “proporcionalidade”, vale dizer a idéia de um desenvolvimento equilibrado da indústria (pesada e leve) em relação à agricultura, capaz de fazer com que cada um destes dois grandes setores da economia nacional fosse, ao mesmo tempo, o fornecedor e o mercado do outro, é uma noção mais ligada ao debate econômico russo do final dos anos 1920. Mas isso não nos impede de sublinhar a preocupação com a “proporcionalidade” na estratégia sugerida por Trotsky já durante o período do “comunismo de guerra”. Esta estratégia inclui a idéia do emprego de “exércitos industriais” para eliminar os “gargalos” de produção presentes numa economia nacional *fechada*. Neste sentido, ela se apresenta antes de tudo como uma política de substituição programada de importações, que antecipa o projeto estalinista de construir uma economia dirigida “complexa”, “completa” e quase auto-suficiente (ver Day, *op. cit.*, 45-46).

Acreditamos que Richard Day tem ainda razão quando nota que o discurso de Trotsky só vai passar da defesa do isolacionismo econômico ao apoio ao “integracionismo” a partir de 1922-1923. É a experiência prática de Trotsky na direção de organismos encarregados da planificação do desenvolvimento industrial e tecnológico da URSS que vai conduzi-lo a uma revisão de suas posições (Day, *ibidem*, 126 e ss.)

— Rumo ao capitalismo ou ao socialismo?

A partir de 1922-23, Trotsky vai reconhecer que a industrialização não pode ser baseada exclusivamente nos recursos soviéticos. Ele adota em seguida um ponto de vista que é, em princípio, análogo ao do Lenine de 1920-1921 — a Rússia só pode desenvolver sua economia através da sua reintegração ao mercado mundial. Trotsky vai contudo mais longe: ele admite não somente o recurso aos investimentos estrangeiros, aos empréstimos internacionais e à importação de *know-how* (como faz Lenine), mas também a necessidade de uma revisão da *política protecionista* do Estado soviético (sobre a postura de Lenine no início dos anos 1920, ver Lenine, 1978).

Trotsky reconhece, desde 1922-23, que a política protecionista soviética é demasiadamente rígida. Opondo-se a esta política de ultra-proteção, ele argumenta em favor de uma racionalização do monopólio estatal sobre o comércio exterior e de uma certa *especialização* da economia nacional.

Ao longo dos anos seguintes, Trotsky admitirá inicialmente que o monopólio do comércio exterior só tem sentido se ele protege uma economia na qual a produtividade do trabalho cresce a uma velocidade superior à verificada nos países mais avançados. Sem isto, dirá ele, a superioridade do socialismo isolado não pode ser mostrada; no caso contrário, o Estado socialista não pode impedir que as forças “pequeno-burguesas” (o campesinato, os “*nepmen*”) sejam atraídos pelo capitalismo internacional (ver Dallemagne, op. cit., 150-151).⁴

Trotsky continua a crer que a planificação é um meio de “regulação” mais eficaz que o mercado. Daí, segundo ele, a possibilidade de “alcançar” os países mais desenvolvidos. No entanto, acrescenta Trotsky a partir de 1923, se a URSS quer “alcançar” o Ocidente, ela *não* pode procurar o isolamento. Pois só o mercado mundial pode fornecer os bens de equipamento e as tecnologias necessárias para acelerar a industrialização.

Eis porque Trotsky vai propor uma mudança de ótica no que concerne a mensuração da eficácia do plano. Enquanto a política autárquica de Stalin e Boukharin, como toda política autárquica, propõe um desenvolvimento “a não importa qual preço” e “a não importa qual qualidade”, Trotsky sugere organizar um sistema de planificação capaz de avaliar a qualidade e o preço dos produtos nacionais *em relação aos níveis praticados no mercado mundial*. São os “coeficientes de comparação internacional” que ele descreve, em 1925, no seu texto *Rumo ao capitalismo ou rumo ao socialismo?*.

Os “coeficientes” deveriam servir para orientar as decisões de investimento do Estado e, ao mesmo tempo, guiar a política de comércio exterior soviética. A idéia central era medir — por setores — a distância entre a indústria soviética e a indústria mundial, tanto do ponto de vista das capacidades de produção, quanto em relação à produtividade e ao nível de qualidade dos produtos, a fim de concentrar os recursos nacionais no desenvolvimento dos ramos industriais mais atrasados. A idéia implícita era substituir uma proteção global e indiferenciada por um protecionismo “flexível”: a indústria soviética não deveria buscar produzir todos os bens demandados pelo país, mas deveria se concentrar nos bens *standard* de consumo de massa, importando os bens de equipamento mais complexos e mais caros.⁵

Esta política industrial deveria, segundo Trotsky, fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento centrada na integração da economia soviética ao mercado mundial. Neste sentido, como diz J. L. Dallemagne (1979):

“[...] Trotsky preconiza uma série de medidas cuja lógica é a seguinte. Elevar os preços agrícolas desenvolvendo as exportações agrícolas, o que implica o risco de desequilibrar a indústria em relação à agricultura. Para evitar um tal perigo, manter o preço de compra do trigo inferior ao preço de venda para obter um superávit capaz de financiar o desenvolvimento industrial. Mas isso implica um risco de aliança do campesinato com o capital europeu, com o primeiro tentando evitar pagar este financiamento. Daí a necessidade de desenvolver a indústria nacionalizada [de bens de consumo e de bens de capital agrícolas] tendo em vista satisfazer as necessidades rurais.”

Essa estratégia pressupõe, em 1925, duas premissas básicas (Dallemagne, *op. cit.*, p. 153-5). Em primeiro lugar, Trotsky supõe a continuidade da NEP e portanto do papel “regulador” do mercado. Ele não defende mais uma planificação imperativa; muito diferentemente, o que preconiza é um planejamento abrandado destinado a ser o complemento do mercado, o qual deve subsistir como “regulador” necessário, tanto nas relações entre a indústria estatal e a agricultura, quanto nos fluxos entre esta e a economia mundial. Ele já o havia dito desde 1922: “é necessário que cada fábrica do Estado, com o seu diretor técnico, seja não somente submetida ao controle da cúpula [...] mas também ao da base pela intermediação do mercado que continuará sendo o regulador da economia nacional ainda por muito tempo” (ver Alec Nove, 1983).

Em segundo lugar, a estratégia defendida em 1925 supõe uma visão clássica da divisão internacional do trabalho, que compreende a aceitação da idéia de “vantagens

comparativas" e a crítica às "indústrias artificiais". Trotsky, que era hostil às "concessões" ao capital estrangeiro, torna-se partidário da importação de capitais e de tecnologias. Além disso, vai reconhecer as vantagens que decorrem da inserção "especializada" no mercado mundial. Nós o confirmaremos em seguida. Mas, por enquanto, retornemos aos "coeficientes".

Que críticas podem ser feitas ao projeto dos "coeficientes de comparação internacional"?

Nós podemos lembrar de saída que eles deveriam orientar os investimentos e a *proteção* na indústria estatizada. Ora, para fazê-lo, os "coeficientes" deveriam definir um certo número de preços estritamente "nacionais" no interior da indústria estatal soviética: seriam estes preços "artificiais" (mais altos) que poderiam estimular e assegurar o desenvolvimento dos setores "prioritários". Mas, neste caso, os "coeficientes" só poderiam ser, eles também, "artificiais". Com efeito, eles exprimiriam no médio prazo o produto de dois fatores: de um lado, os preços reais (os do mercado mundial); de outro, os preços "nacionais" falseados pelas estruturas de custos determinadas politicamente.

Para que os "coeficientes" refletissem a economia soviética real, seria necessário, como afirma Richard Day, que esse sistema de planificação funcionasse num quadro de extensão da "regulação" do mercado ao setor industrial estatizado. Neste caso, tantos os preços "internos" quanto os preços "externos" seriam reais e o *gap* entre a indústria soviética e a indústria capitalista poderia ser efetivamente medido. Mas eis aí um grande problema. Para Trotsky, o planejamento deveria permitir ao Estado controlar o mercado durante a "transição" para *abolir* o mercado no longo prazo. A regulação não dirigida da atividade industrial estava fora de questão.

Ademais, como questiona ainda Day (op. cit., p. 149 e ss.), é preciso notar que a utilização dos "coeficientes" para determinar os setores prioritários de investimento significa apenas um método mais sofisticado para descobrir e eliminar os pontos de estrangulamento, os gargalos, na matriz da indústria nacional. Certo, em princípio, o que Trotsky propõe é uma *outra* política de substituição de importações, assentada em critérios "objetivos" e centrada na indústria leve. Contudo, quando se leva em conta a situação do conjunto da indústria leve soviética nos anos 1920, é obrigatória a constatação de que a maior parte dos "coeficientes" revelaria técnicas e equipamentos de produção amplamente obsoletos face à concorrência no mercado mundial. Como então definir os setores prioritários para o investimento no interior da indústria leve, senão através de

critérios “subjetivos”, isto é, políticos? Mais que isto: como se opor à adoção de uma política de proteção generalizada e associada à concentração de investimentos na indústria de bens de produção e de bens de capital, condição primeira para a modernização da indústria de bens de consumo?

Balanço e conclusões

Além dos problemas que se colocam para uma utilização eficaz dos “coeficientes”, é necessário sublinhar que a estratégia sugerida por Trotsky se choca com dois outros obstáculos enormes.

No plano internacional, Trotsky parece subestimar o bloqueio político e econômico imposto à URSS pelas potências ocidentais. Em consequência, ele parece superestimar, como aliás também o Lenine de 1921, as possibilidades abertas para uma reintegração da economia soviética à economia mundial. No fim dos anos 1920, Trotsky vai até pensar que a crise internacional — a Grande Depressão — abre novas perspectivas favoráveis. Todavia, os países capitalistas não se mostrarão dispostos a renovar as trocas comerciais com a URSS, e isto em função da própria crise, que leva ao colapso do comércio internacional. Na realidade, as possibilidades de reintegração serão ainda menores a partir da crise de 1929 e sobretudo após as vitórias dos movimentos fascistas na Europa.

No plano da política interior da URSS, Trotsky subestima a força de atração exercida pela alternativa estalinista. Como nota Isaac Deutscher, seu maior biógrafo, “não foi por acaso que no outono de 1924, Stalin, revisando suas posições anteriores, formula a doutrina do ‘socialismo em um só país’, que se torna a réplica, a contrapartida da [doutrina] da ‘revolução permanente’ [trotskista]. Stalin exalta a suficiência da Rússia revolucionária, oferecendo desse modo ao partido um consolo ideológico para as suas esperanças internacionalistas frustradas [em razão do fracasso da revolução mundial nos anos 1920]” (1979-1980). Acrescentemos a isso o fato de que, a partir de 1929, a via autárquica estalinista não aparece mais ao partido como uma exceção, mas sim como uma variante nacional inteiramente justificável das políticas de isolamento econômico praticadas mundialmente. O “socialismo em um só país” é também um produto da “era da autarcia” (1914 a 1944).

Trotsky, aliás, não esquecerá de estabelecer o paralelo entre as concepções autárquicas fascistas e estalinistas ao longo dos anos 1930. Quando ele critica nesta época as políticas autárquicas estalinistas, ele o faz para lembrar aos estalinistas que o retorno do

Ocidente à autarcia, “o ideal de Hitler e não o de Marx e de Lenine”, é “o signo mais seguro da sua decadência” (Trotsky, 1978).⁶

Mas sublinhemos ainda uma vez, para concluir este artigo, que a evolução do pensamento de Trotsky sobre a autarcia parece levar a uma concepção muito “clássica” das relações econômicas internacionais. Escrevendo em novembro de 1933 a propósito do nacionalismo econômico da extrema direita, ele dirá:

“A política de uma economia fechada implica a restrição artificial daqueles ramos da indústria que são capazes de fertilizar com sucesso a economia e a cultura de outro país. Ela implica também a implantação artificial de indústrias que não têm, no local, no solo nacional, condições favoráveis para sua implantação. Esta ficção da auto-suficiência da economia provoca assim despesas suplementares excessivas em duas direções. A isto é preciso acrescentar a inflação. Ao longo do século XIX, o ouro, como medida universal de valor, tornou-se a base de todos os sistemas monetários dignos deste nome. O abandono do padrão-ouro dilacera mais a economia mundial do que os muros aduaneiros. A inflação, ela própria expressão de relações internas desordenadas e da perturbação dos laços econômicos entre nações, aumenta a desordem e contribui para tornar orgânica esta desordem, que até então funcional. Assim, o sistema monetário ‘nacional’ coroa a obra sinistra do nacionalismo econômico” (Trotsky, 1978).

Os estalinistas poderiam dizer que se trata de uma demonstração de abandono do “marxismo”. Nós preferimos, contudo, ficar com a conclusão sugerida por Alec Nove (op. cit., p. 238): “não é preciso concordar com a doutrina das vantagens comparativas sob sua forma elementar, ou aceitar o teorema de Heckscher-Ohlin, para reconhecer que vantagens evidentes decorrem da utilização da divisão internacional do trabalho. Pode-se [...] evocar Trotsky ao apoio desta afirmação, referindo-se ao que ele escreveu quando a União Soviética só podia ter intercâmbio comercial com os países capitalistas”.

_____ *Referências Bibliográficas*

ALMEIDA, P. H. de. *L'isolement socialiste – une variante de l'autarcie*, esquisse d'une Histoire de l'idée d'autarcie'. 1994, 543 f. Tese (Doutorado em Economia) – Unité de Formation et de Recherche de Sciences Economiques, Gestion, Mathématiques et Informatique, Université Paris X – Nanterre.

_____. «O Estado Comercial Fechado de Fichte e as Origens do Pensamento Autárquico». *Anais do IV Encontro de Economia Política*. Porto Alegre: UFRGS, 1999. CD-ROM. Disponível em: Working Papers em Economia, UFRJ, Instituto de Economia, <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/jel/b/b31.html>.

DALLEMAGNE, J. L. "Le Concept d'Industrialisation dans l'Analyse de Trotsky". In *Histoire du marxisme contemporain*, v. 5. Paris: UGE, 1979.

DAY, Richard B.. *Leon Trotsky and the politics of economic isolation*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973, 224 p.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, le prophète armé, 1879-1921; Trotsky, le prophète désarmé, 1921-1929; Trotsky, le prophète hors-la-loi, 1929-1940*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1979-1980, t. 4, p. 393.

FICHTE, Johann Gottlieb. *L'Etat commercial fermé*. Lausanne: Editions de l'Age d'Homme, 1980, 193 p.

LAVIGNE, Marie. *Economie internationale des pays socialistes*. Paris: Armand Colin, 1985, 255 p.

LENINE, V. I. "A propos du mot d'ordre des Etats-Unis d'Europe", *Le Social-Démocrate*, nº 44, 23 août 1915, In *LENINE, Oeuvres*, éd. Française, t. XXI, Paris/Moscou: Editions Sociales/Éditions en Langues Étrangères, 1960, 45 volumes.

_____. «As Dificuldades de Transição para o Socialismo», In V. I. LENIN, *Política*. Organizador (da coletânea) Florestan Fernandes, (tradução de Carlos Rizzi). São Paulo: Ática, 1978 (Grandes cientistas sociais, v. 5). Reproduzido de Lenine, V. I., «Rapport d'activité politique du Comité Central du parti communiste (b) de Russie le 8 mars». In: *Œuvres*, v. 32, dezembro de 1920/agosto de 1921, p. 176-99.

NOVE, Alec. *Le Socialisme sans Marx: l'économie du socialisme réalisable*. Paris: Economica, 1983, 305 p.

TROTSKY, Léon. *1905 suivi de Bilan et Perspectives*. Paris: Les Editions de Minuit, 1969, 476 p.

_____. *La révolution trahie* (1936). Paris: Les Editions de Minuit, 1989, 206 p.

_____. *Terrorisme et communisme* (extraits), In TROTSKY, Textes — textes choisis et présentés par Jean Paul SCOT, Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1984, 345 p.

_____. «Toward Capitalism or Socialism?». In Léon TROTSKY, *The challenge of the left opposition (1923-1925)* — speeches and writings, p. 319-382. 2 ed., New York: Pathfinder Press, 1980, 428 p.

_____. "Nationalisme et Vie Economique". In Pierre BROUE (org.), Léon TROTSKY, *Œuvres*, novembro de 1933/abril de 1934. Paris: Institut Léon Trotsky, 1978.

Notas

¹ Utilizamos *autarcia* (do grego *autarkéia*) com o primeiro significado do *Aurélio*: auto-suficiência econômica de uma nação. Preservamos assim a etimologia correta. *Autarquia* (do grego *autarkhía*), que tem sido usada de modo incorreto na literatura econômica brasileira, significa poder absoluto ou autonomia política. A primeira palavra vem de *autos* (a si mesmo) e *arkéia* (se bastar); a segunda se origina de *autos* e *arkhia* (comandar). A confusão tem origem provável na vulgarização das concepções de Platão e Aristóteles a respeito da cidade-estado ideal: a *autarkhía* (autonomia política) exigiria a *autarkéia* (auto-suficiência econômica). Este equívoco político e etimológico está na base das teses de movimentos políticos favoráveis à autarcia no século XX. Ver sobre este ponto Almeida, 1994, p. 11-8.

² Ver ALMEIDA, Paulo Henrique de, "O Estado Comercial Fechado de Fichte e a Origem Teórica das Políticas Autárquicas Fascistas e Estalinistas", artigo apresentado no IV Encontro Nacional de Economia Política - UFRGS, Porto Alegre, 1999 e disponível na Biblioteca Virtual de Economia da Prossiga (<http://www.prossiga.br/nuca-ie-ufrij/economia/>).

³ De Stokhanov, Aleksei Grigorievitch (1905-1977), mineiro russo que, supostamente, atingiu em 1935-1936, uma produtividade excepcional na extração de carvão, inspirando um método de

aumentar o rendimento do trabalho baseado na iniciativa do trabalhador. O stakhanovismo é um movimento para o aumento da produtividade organizado pelo Estado soviético a partir de uma campanha orquestrada em torno da performance mitológica de Stakhanov.

⁴ “Nepmen”, ou “homens da NEP”, sigla de *Novaia Ekonomitcheskaja Politika*, nova política econômica adotada na Rússia soviética entre 1921 e 1929. A NEP, que pôs fim ao “comunismo de guerra”, substituiu a requisição de produtos agrícolas por um imposto, restabeleceu a circulação monetária e autorizou o livre comércio interno e a criação de pequenas empresas, ficando o Estado, basicamente, com o monopólio da indústria pesada e do comércio exterior.

⁵ Os “coeficientes comparativos” propostos por Trotsky anunciam os “coeficientes de eficácia do comércio exterior” imaginados bem mais tarde por economistas soviéticos. Sobre este assunto, ver inicialmente Trotsky (1925). Ver ainda Marie Lavigne (1985).

⁶ Trotsky também não deixará de observar que o programa *concreto* da autarcia fascista não tinha nada a ver com a utopia de uma economia auto-suficiente. O programa *real* não era nada além da preparação da economia fascista para a guerra, isto é, para a eventualidade do bloqueio econômico em tempo de conflito.

*O Mercado no Socialismo:
A Teorização de Trotsky para
a Industrialização Soviética
com Integração ao
Mercado Mundial¹*

Paulo Balanco²

RESUMO: o objetivo deste artigo é o de apresentar a problemática da utilização dos elementos mercantis na transição ao socialismo, sob uma determinada ótica, isto é, tomando como referência o quadro teórico proposto por Leon Trotsky para o desenvolvimento da URSS imediatamente após 1921. O destaque de seu modelo é a formulação de um dispositivo de *integração* econômica da URSS ao mercado mundial. A partir desta norma teórica, de fundo anti-autárquico, concebe um mecanismo para o desenvolvimento industrial no contexto de uma determinada relação entre o mercado interno e a economia internacional, contraditoriamente assentada sobre o critério da acumulação privada.

1. Introdução

Tendo-se em conta as formidáveis transformações presenciadas no plano internacional nas duas últimas décadas, marcadas sobretudo pela desagregação da URSS e seu bloco e pelo alargamento do espaço global ocupado pelas relações capitalistas, torna-se desejável refletir a respeito do *socialismo* e suas estratégias de desenvolvimento em face da contemporaneidade capitalista.

Adotando-se como referencial, em termos metodológicos, a teoria e a doutrina de Marx, toma-se como ponto de partida o reconhecimento do mercado como uma categoria histórica que deverá ser utilizada como forma concreta na construção da organização econômica do socialismo, como condição necessária, mas não suficiente, face aos fins pretendidos. Admitida essa possibilidade, se o objetivo é o socialismo, o mercado torna-se peça do seu mecanismo econômico no contexto da *transição*, devendo ser, entretanto, “desconstruído” em decorrência dos resultados históricos a ser alcançados.

Considerando então que o socialismo, enquanto modo de produção, decorre do capitalismo, e sabendo-se que hoje o capitalismo encontra-se em uma fase de sua evolução caracterizada pela chamada *globalização* dos mercados, pensa-se que seria proveitoso discutir os termos da *transição ao socialismo* partindo-se da nova realidade do mercado mundial confrontando-os àquelas elaborações surgidas quando da implantação da primeira experiência socialista.

Assim, com este artigo pretende-se analisar, sob condições determinadas, a problemática da utilização dos mecanismos de mercado em países que abraçam o projeto socialista. Especificamente, à guisa de contribuição visando a constituição de um quadro referencial para o debate atual, procura-se reunir e avaliar elaborações econômicas representativas de reflexões de Leon Trotsky, autor marxista e um dos principais dirigentes da revolução russa.

Entre 1922 e 1925 Trotsky procurava responder às exigências do desenvolvimento econômico da URSS em seus primeiros momentos. É o que se depreende de um conjunto de três textos dados a conhecer naquele período: *Informe sobre a Nova Política Econômica e as perspectivas da revolução*, de novembro de 1922; *El nuevo curso*, de 1923; *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*, de novembro de 1925³. Nestes, os argumentos guardam notável coerência entre si. E também percebe-se que Trotsky não realiza uma construção analítica movida tão-somente pelo pragmatismo, mas, além disso, procura organizar suas idéias segundo a fórmula da sistematização sem recusar a

abstração. Assim, é possível detectar lógica e coerência implícitas ao pensamento econômico de Trotsky para o desenvolvimento econômico da URSS, o que resulta explicitamente num modelo com pressupostos, variáveis e peças unitariamente interligadas.

Chama-se a atenção para um pressuposto básico — o da **integração** — no modelo de Trotsky, pois uma de suas peças fundamentais é representada por um fator exógeno à unidade econômica soviética, aqui colocada como o elemento de análise mais representativo, o *mercado mundial*. Trotsky vê a economia soviética como um polo antitético de uma unidade dialética chamada economia internacional da qual a URSS seria participante. Mediante esta perspectiva, o reconhecimento do quadro mundial das relações econômicas deveria apresentar-se como um pressuposto para a organização das medidas voltadas para o desenvolvimento econômico interno, o que implicaria a necessidade do estabelecimento de uma “abertura econômica”, mais precisamente, de uma “integração”, sob determinadas condições, com o mercado mundial.

Então, diante da forma qualitativa que assume o movimento do capital no plano internacional nos dias de hoje, configurando o espectro da globalização, estariam as idéias de Trotsky defasadas, datadas? Ou as mesmas inscrevem-se — mesmo tendo sido elaboradas há cerca de oito décadas atrás — em um arcabouço teórico que procura dar respostas à questão da transição ao socialismo de acordo com uma certa concepção estrutural e orgânica do capitalismo que estão preservadas em sua essência?

Embora se reconheça que este seria um eixo de discussão de grande relevância a ser encaminhado neste trabalho, opta-se aqui por não responder diretamente a estas questões. Tal decisão justifica-se pela preferência em destacar um arcabouço teórico — o qual permanece pouco conhecido — que pode ser criteriosamente considerado na discussão atual do temário referente à relação entre socialismo e mercado, sobretudo quando o fator integração econômica em um ambiente capitalista globalizado destaca-se como uma de suas variáveis fundamentais.

No presente artigo, além desta introdução, vem a seguir a seção 2 com um brevíssimo resumo do quadro atual do debate socialismo e mercado; a seção 3, onde se discute os fundamentos do modelo de integração de Trotsky, e a seção 4 com as conclusões.

2. Uma síntese preliminar:

O estado atual do debate entre marxistas, neo-socialistas e não-marxistas

Os acontecimentos recentes denotados pela derrocada do regime soviético e seus congêneres do Leste europeu transformaram radicalmente o cenário das nações e recolocaram em destaque para a humanidade um tema presente como uma de suas principais preocupações há muito tempo. Trata-se da **necessidade** e da **possibilidade** do socialismo diante das renovadas afirmações que apontam o capitalismo como o sistema capaz de oferecer à sociedade as condições de bem-estar material, harmonia e justiça social, pautadas em processos econômicos e sociais democraticamente extensivos.

A crise do Leste europeu, tomada, deliberadamente ou não, como a pretensa crise do marxismo/socialismo, propiciou uma vaga ideológica de apologia ao capitalismo, sem deixar de atingir profundamente o movimento operário/socialista. Esta verdadeira pregação procura justificar, em face destes recentes acontecimentos históricos, uma suposta infalibilidade da tese que confere ao capitalismo uma existência definitiva e o credencia como a única organização econômica capaz de conduzir o gênero humano à superação de suas desigualdades imemoriais. Emerge desta situação a versão contemporânea do neoliberalismo.

Conseqüentemente, o mercado é posto na condição de exclusivo e inexorável regulador da produção econômica, conhecendo sua plenitude na sociedade mercantil-capitalista. Porém, esquecem-se tais argumentos, do grande sofisma encartado neste raciocínio: socialismo e o regime que existiu na URSS não significam, em absoluto, a mesma coisa; é impossível traçar um sinal de igualdade entre ambos concluindo por sua equivalência (GILL, 1993, p. 152-53).

Todavia, diante destes novos fatos, um número considerável de socialistas sente-se instado a "repensar" o próprio conceito de socialismo. Por isso, na opinião destes, no que diz respeito ao socialismo, o mercado, deveria ser admitido como ordinário, permanente e preponderante.

Segundo este entendimento, o planejamento seria impraticável e indefensável por diferentes razões. Disto deriva que o mercado, como uma categoria em sua versão capitalista, passa a ter o significado de perenidade e, portanto, apresenta-se como o regulador irremovível fundamental. Agora, para estes autores, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado, atitude que conduziu inevitavelmente a construções

“teóricas” do tipo “socialismo de mercado”, “mercado socializado” ou “mercado socialmente controlado”, para não falar de outras variações sobre este mesmo tema (NOVE, 1989; ELSON, 1992; HABERMAS, 1992.; GORZ, 1992; WRIGHT, 1996; WAINWRIGHT, 1998).

Em que pese a importância destas opiniões, por outro lado, uma análise dos próprios conceitos marxistas tem a virtude de desvelar esta falácia. É inegável que a questão do **mercado no socialismo** não é um tema novo entre os socialistas como equivocadamente muitos querem dar a entender em seus novos posicionamentos elaborados a partir do fim dos regimes stalinistas. Esse tema apresentou-se de antemão obrigatório na teorização sobre a organização econômica do socialismo e já se encontra presente em alguns dos textos escritos por Marx e Engels (ENGELS, 1976; MARX, 1985). A posteriori a discussão a esse respeito teve continuidade importante a propósito das divergências apresentadas por intermédio de alguns dos primeiros dissidentes “revisionistas” do marxismo, destacando-se entre eles Kaustky (KOWALIK, 1990).

E, pode ser dito, um outro ápice se configurou após a vitória da revolução russa de 1917, entre os próprios dirigentes revolucionários, em particular Lênin, Trotsky, Bukharin e Preobrazhensky (CARR, 1979; NOVE, 1989). O debate prosseguiu entre as décadas de 30, 40 e 50, em meio à consolidação da URSS, notando-se aí a presença de Dobb, Sweezy, Lange, H. D. Dickinson, Polanyi e Heimann, todos eles envolvidos em discussões com economistas como Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises, precursores do neoliberalismo, naquilo que ficou conhecido como o “debate do cálculo” (BLACKBURN, 1992).

Posteriormente, com o conhecimento dos primeiros sinais do fracasso econômico dos regimes burocratizados, já na década de 60 e nos anos 70, novas discussões⁴ a respeito do tema em questão foram conhecidas, entre as quais as de Brus, Laski, Bahro, Bettelheim, Modzelewski, Kuron e Mandel. E, recentemente, imediatamente antes e após o desmantelamento da URSS e seus satélites, e até por isso, o debate foi retomado com ares de ineditismo, valendo mencionar-se Nove, Josay, Elson, Mandel, Hobsbawm, Habermas, Gorz, Giddens, Callinicos e Kurz.

Evidentemente, vários dos autores acima mencionados inscrevem-se entre os precursores das formulações negadoras do socialismo. Todavia, outros deles apresentaram as razões que mostram que o próprio marxismo fornece os argumentos justificadores do mercado (ou elementos mercantis) no socialismo sem negar a possibilidade de sua

construção. Ao mesmo tempo, em geral, as posições “reformistas”, mesmo reconhecendo os diversos elementos profundamente deletérios do capitalismo, o elegem como o objeto a ser conquistado, constituindo-se num projeto de “transformação”, que deveria resultar em um “capitalismo mais civilizado”.

Não resta dúvida, o projeto do “mercado light” equivale à manutenção do capitalismo, mesmo que sob um controle social que supostamente “neutralize” a exacerbação dos seus elementos desagregadores (POLANY, 1980), sendo justificada, por vários destes autores, como uma “nova” concepção do socialismo, que na prática questiona a necessidade de uma sociedade pós-capitalista (COSTA & MOTTA, 2000). Há, portanto, uma retomada de elaborações teórico-doutrinárias que remontam à tradição de Kautsky e outros, transportados para um tempo em que a social-democracia e afins tornaram-se indispensáveis para a preservação da sociedade burguesa.

3. O modelo de “integração” de Trotsky:

Industrialização, planificação e proporcionalidade econômica com mercado mundial

3.1 - O mercado mundial como categoria de análise na teoria da transição ao socialismo na URSS

Vejam agora mais detalhadamente o conteúdo teórico daquela peça do modelo trotskysta que a princípio aparenta ser a mais absurda, incongruente ou deslocada, em se tratando de uma reflexão de fundamento marxista, ainda mais por ter sido gerada por um líder político conhecido como de “extrema-esquerda”.

Em que pese a acusação de prática de um pseudo erro de origem, naturalmente, a inclusão da variável **mercado mundial** não ocorre aleatoriamente na formulação de construções abstratas de fundo marxista, centradas na teoria do materialismo histórico, em que as variáveis guardam coerência lógica entre si. Muito menos deve ser visto como um recurso que assume a forma de um *deus ex machina*. A formulação de Trotsky decorre de sua consistente formação marxista e, por essa razão, de sua assimilação da crítica da economia política efetuada por Marx que vê o modo de produção capitalista como um sistema cujas relações abrangem tendencialmente todo o mundo, depois de formar-se no espaço nacional de alguns países em que apareceu pioneiramente.

Por conseguinte, há que se considerar a concepção de Trotsky como uma elaboração ancorada na compreensão marxista de uma determinada época histórica. Esta época corresponde à vitória e consolidação do modo de produção capitalista à escala mundial (MARX & ENGELS, 1998), o que, em termos objetivos, cria as condições, segundo a análise marxista, para que o socialismo o substitua na via da evolução humana (MARX, 1987, p. 30).

Implícita à formulação de Trotsky, propositora do estabelecimento de relações económicas internacionais da URSS com o mundo capitalista, está sua visão da economia mundial como uma *totalidade* constituída segundo a ação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* (TROTSKY, 1977). A lógica da reprodução capitalista revela-se, portanto, enquanto uma *dialética da globalização*. Nenhum país, já naquela altura da evolução internacional do capitalismo, na passagem do século XIX para o século XX, poderia se considerar como uma parte isolada deste todo, ou poderia julgar-se em condições de atuar independentemente das relações de produção determinantes. O isolamento de um país qualquer, seja sob quaisquer condições, não teria outro resultado que não aquele proveniente da negação de sua cota-parte na formação de um universo económico que abarcava inapelavelmente todos os povos: a paralisação de seu desenvolvimento relativo frente a todo (BALANCO, 1999).

Muito embora seja inegável a correção dessa análise, para Trotsky ela não deveria ser tomada de forma inflexível, desde que seja lembrado que o objetivo perseguido é a fixação, *strictu sensu*, do socialismo à escala mundial. A flexibilização aparece no contexto da transição na medida em que o socialismo substitua o capitalismo no centro do sistema. Sim, porque a economia mundial sob o capitalismo representa uma totalidade de países centrais e dependentes. Existe uma lei do valor que atua a nível internacional e determina a acumulação do capital em maior escala e intensidade, tanto quantitativa como qualitativamente, em determinados países que se projetam como os postos avançados de um *imperialismo*, subordinando os elos fracos, os países relativamente atrasados.

Neste sentido, a princípio, a revolução russa, mesmo acontecendo no elo mais fraco do capitalismo, foi concebida como ponto de partida em termos práticos da revolução proletária mundial. Uma vez que nos principais países europeus a burguesia fosse expropriada, o desenvolvimento económico sob novas bases deveria acontecer com muito mais rapidez comparativamente à Rússia. Nesse novo ambiente das relações internaci-

onais, os países relativamente atrasados seriam integrados a uma totalidade em condições completamente opostas àquelas representada pela integração mundial capitalista. Em vez de uma lei internacional do valor, uma planificação científica da economia mundial prevaleceria de tal forma que o desenvolvimento arrastasse a todos "homogeneamente".

O quadro concreto que se configurou depois de 1917 - para os fins de entendimento da vinculação da economia soviética com o mercado mundial - deve ser considerado como uma exceção a essa regra, não no sentido de sua lógica, mas, sim, naquele que respeita à sua realização temporal. O fracasso da revolução nos principais países capitalistas, para Trotsky, não retiraria da Rússia a condição de primeiro país capitalista a procurar o caminho do socialismo e primeiro momento de um processo que se colocava objetivamente, a revolução mundial, agora adiada por um espaço de tempo indeterminado.

Concretizado tal cenário, não se tratava agora de pensar o desenvolvimento soviético como único bastião do socialismo e, por isso, isolar-se dos fluxos econômicos que transitavam no mercado mundial. Para Trotsky a propositura do "fechamento" teria uma justificativa muito mais ideológica do que uma explicação baseada na importância do elemento econômico quanto às possibilidades de desenvolvimento da economia soviética. Sua certeza vinha de um fator indispensável agora tornado concretude: a propriedade social dos meios de produção e, decorrendo disto, o monopólio do comércio exterior e a possibilidade de aplicação do planejamento econômico. Segundo Mandel "(...) Trotsky se apunha, certamente, à noção de lutar por qualquer autarquia econômica, e este último objetivo estava, na realidade, ligado às ilusões do 'socialismo num só país'. É claro que na ausência de uma revolução mundial Trotsky compreendeu perfeitamente que a Rússia jamais se emanciparia totalmente da influência da lei do valor, apesar do monopólio do comércio e do mecanismo de uma economia planejada. (...)” (MANDEL, 1980, pp. 119-120).

Naturalmente, o "isolamento" soviético estaria totalmente descartado numa situação em que países capitalistas desenvolvidos fossem guindados ao socialismo. Mesmo assim, isso não significaria que a oposição entre a URSS e a economia mundial desapareceria; seria observado, isso sim, um grau de oposição bem mais diminuído entre essas duas partes. É por isso que, em uma situação contrária, isto é, sem a internacionalização da revolução, como acabou se verificando logo após o final da primeira guerra, a

dependência objetiva indicava que a melhor estratégia seria não ignorar a necessidade da URSS se utilizar da condição de membro da economia mundial, mesmo numa situação extremamente desfavorável.

Contudo, tal postura só seria positiva ao desenvolvimento soviético em decorrência da natureza interna de suas relações econômicas, a qual se conformava em torno da propriedade social dos meios de produção, do monopólio do comércio exterior e do princípio do planejamento econômico.

Trata-se, porém, antes de tudo, da aplicação da sua teoria da revolução permanente como veículo teórico orientador da reflexão sobre os destinos da revolução. A defesa da vinculação da economia soviética ao mercado mundial integrava-se a essa forma de pensar, o que significava entender que a etapa "capitalista" do desenvolvimento socialista, a ser conduzida pelo poder proletário, apresentava uma faceta que se esprava além fronteiras. A negação de tal etapa, ou a opção pelo isolamento e a busca do desenvolvimento em bases autárquicas, resultava do entendimento da construção socialista em termos do "monismo" da "teoria do socialismo num só país" (DAY, 1973; 1988).

Também a economia interna teria parte de seu funcionamento regulado pela lei do valor, já que Trotsky concordava igualmente com o restabelecimento do funcionamento do mercado no plano nacional, e este aparecia como peça integrante importante do seu modelo. Sendo assim, as trocas internas deveriam ser manipuladas com precisão, sem por em perigo o monopólio do comércio externo. Esta era a consequência prática natural decorrente da vigência plena da lei do valor no espaço da economia mundial.

A possibilidade de este monopólio tornar-se efetivo para o desenvolvimento econômico socialista só seria possível, em outras palavras, impedindo que os preços internacionais erodissem a perspectiva da industrialização soviética, diante do reconhecimento de que o conjunto representado pela integração interna da lei do valor com a lei da acumulação socialista estaria inevitavelmente em contato com a economia mundial. Deveria ficar bem claro que, sendo a economia soviética parte do mercado mundial, e estando dentro do cerco capitalista, levaria a que a dualidade representada pela lei da acumulação socialista, vinculada à lei interna do valor, seria abarcada pela lei mundial do valor e, dessa maneira, alterando seriamente a relação entre aquelas duas leis internas. Quer dizer, independentemente da vontade, na realidade a economia soviética era envolvida inapelavelmente como parte integrante da economia mundial (DAY, 1988, p. 23; 1973.).

Desde que o restabelecimento das relações da URSS com o mercado mundial fosse possível, o esforço para desenvolver a economia interna isoladamente deveria resultar em deformações inevitáveis decorrentes da impossibilidade de implantação das proporcionalidades de forma adequada. Ou, o desenvolvimento, nestas condições, só poderia ocorrer segundo uma insuportável desproporção entre os diferentes ramos e setores da economia soviética.

Dado que se tratava, a URSS, de um país de regime de propriedade social, de acordo com Trotsky, a convivência positiva com o mercado mundial para a implantação da economia soviética decorria das seguintes vantagens: i) a insignificante existência na economia soviética de classes parasitárias. O fato da supressão da burocracia czarista, da nobreza e da burguesia asseguravam uma utilização muito mais integral e eficiente dos excedentes implicando num crescimento relativamente significativo; ii) a supressão do princípio da propriedade privada permitiria à Administração Estatal a possibilidade de dispor, a qualquer momento, com toda a liberdade necessária, dos meios que necessitasse num período qualquer. Os gastos não produtivos do paralelismo econômico, da concorrência, etc., seriam enormemente diminuídos e diminuiriam ainda mais no futuro; iii) o estabelecimento do princípio do Plano Estatal quanto à técnica de produção, que começava a ser implantado (padronização, especialização das fábricas, sua unificação de maneira que representassem um organismo de produção harmônico), prometia para períodos bem próximos, um aumento considerável e sempre crescente do coeficiente de produção soviético; iv) embora a economia soviética enfrentasse crises e dependesse crescentemente do mercado mundial, entretanto, a previsão e a regularização crescentes do Plano Estatal deveriam reduzir consideravelmente os períodos de crise no desenvolvimento soviético e assegurariam um excedente de acumulação considerável (TROTSKY, 1928, pp. 114-117).

Escrevendo *O plano quinquenal* em 1930, portanto, cinco anos depois de publicar o documento em que discorria abrangentemente sobre o mercado mundial e suas funções no desenvolvimento soviético (*Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*), quando o capitalismo consolidava sua recuperação pós primeira guerra, Trotsky reafirmava suas convicções: "(...) uma estabilização, embora pouco durável, do capitalismo de pós-guerra (...) conduzirá, inevitavelmente, ao reaparecimento dos ciclos comerciais-industriais perturbados pela guerra, e seremos obrigados a construir nossos planos, não sobre a base da pretensa independência da conjuntura mundial, mas sobre a adaptação inteligente a essa conjuntura, isto é, de maneira a alcançar o maior surto

econômico possível e perder o menos possível com a crise. (...) Quanto maior sucesso tiver o desenvolvimento futuro da economia soviética, tanto mais deverão se ampliar as relações econômicas com o exterior. O teorema contrário é ainda mais importante: é só pela extensão cada vez maior da exportação e importação que a economia poderá dominar a tempo as crises parciais, diminuir as desproporções parciais, nivelar o equilíbrio dinâmico dos diversos ramos e, desse modo, assegurar ritmos acelerados de desenvolvimento. (...)" (TROTSKY, 1931, pp. 109-110).

Ainda a respeito da importância do mercado mundial, impõe-se chamar a atenção para um aspecto da versatilidade implícita a essa variável como fator positivo para o desenvolvimento. Ela não decorre dos fluxos econômicos em si, mas da posição qualitativa da produção soviética perante a economia internacional. O engajamento da economia interna ao mercado mundial criaria condições para a avaliação sistemática da produção nacional e, por isso, para a adoção de decisões que levariam à atitudes facilitadoras da formação da indústria estatal ou do parque industrial soviético de acordo com as proporções julgadas adequadas.

Esse é o entendimento implícito ao conceito de *coeficiente de comparação*, colocado numa posição de importância decisiva por Trotsky. A manutenção de relações comerciais e financeiras com o mercado internacional não só permitiria valer-se do mercado externo para a aquisição de mercadorias decisivas para o desenvolvimento interno, como, também, daria condições para que, segundo um processo de análise comparativa, avaliar a cada momento o grau qualitativo desse desenvolvimento. Para Trotsky essa avaliação não seria possível se o país circunscrevesse sua ligação com o mercado internacional apenas através de vendas e compras esporádicas. Isto porque, uma questão decisiva, o acesso à informação sobre o caráter da produção nos principais países capitalistas, o que implicaria um intercâmbio permanente, não seria possível mediante um comportamento defensivo e isolado.

Ora, era o mercado mundial que revelava o que havia de mais avançado em termos da técnica produtiva e da qualidade dos produtos. Se a perspectiva socialista seria a de permitir condições de vida material mais elevada do que o mais desenvolvido dos países capitalistas, e não a socialização dos efeitos perversos da escassez e do atraso, a qualidade presente na produção capitalista, face o atraso relativo soviético no mesmo momento do tempo, representava um avanço muito grande para a economia interna, ao tempo em que apresentar-se-ia como um inquestionável referencial para sua impulsão.

À primeira vista, o coeficiente de comparação como definido por Trotsky assemelha-se ao conceito das *vantagens comparativas*. Quer dizer, esta conclusão poderia ser sacada da sugestão feita por Trotsky de que a URSS deveria buscar no exterior aqueles meios de produção e consumo que não tivesse condições de produzir internamente ou produziria a custos mais elevados. Acontece que a semelhança com aquele conceito termina no momento em que se percebe que a concepção de desenvolvimento proposta por Trotsky para a URSS, apesar de centrada no mercado mundial, está dialeticamente aposta aos desígnios da lei do valor. Isto tem o sentido de que a URSS teria que procurar o caminho inverso da realidade estabelecida no mercado mundial para cada uma das nações capitalistas. Estas, participando da divisão internacional do trabalho, determinada pela ação internacional da lei do valor, acabavam por atuar cumprindo um papel específico na reprodução mundial do capital, levando-as, em sua maioria, como elas mais fracas, a situarem-se subordinadamente aos centros capitalistas, perpetuando um determinado grau de atraso relativo. A *especialização* implícita à teoria originária de David Ricardo não tem outro significado que não aquele relacionado à atuação distributiva da lei do valor.

Tendo a URSS a vantagem de desfrutar do princípio da propriedade coletiva dos meios de produção, do monopólio do comércio externo e da utilização da planificação econômica, deveria buscar seu desenvolvimento socialista de forma harmônica, quer dizer, procurando eliminar a desigualdade combinada tanto interna quanto entre sua economia e o mercado internacional. Do que foi visto até aqui, deve ser ressaltado que para Trotsky, apesar da integração da URSS ao mercado mundial, a lei do valor atuaria para ela sem que ocorresse subordinação absoluta.

Ao mesmo tempo é possível afirmar que, dadas certas condições internas, como, sobretudo, a recuperação econômica depois do fim do Comunismo de Guerra, os fluxos internacionais de mercadorias entre a economia soviética e o resto do mundo, até certa medida, *ceteris paribus*, dependeria dos resultados mostrados pelos coeficientes de comparação. E, neste sentido, à medida que estes coeficientes evoluíssem, a demanda soviética por produtos estrangeiros deveria cair. No entanto, essa queda é relativa e está limitada à formação de um aparelho industrial sistêmico identificado com o estabelecimento das condições para a reprodução socialista ampliada. Mesmo porque, em não ocorrendo a revolução à escala mundial, a URSS não poderia livrar-se definitivamente da participação no *modus operandis* da lei do valor.

3.2 - Relações entre indústria e agricultura sob procedimentos mercantis

A dialética econômica da transição elaborada por Trotsky, como se constata, se assenta sobre a norma teórica que rejeita o “salto” não-dialético, ou a passagem direta ao socialismo (DAY, 1988). Reafirma essa opinião já no texto de 1922, um relatório sobre o primeiro ano da NEP apresentado ao IV Congresso da Internacional Comunista. Discutindo uma formulação que considerava um lugar-comum dos marxistas, chama a atenção para a premência de se evitar uma interpretação mecânica da afirmação de Engels quando este discorreu sobre a passagem do “reino da necessidade para o reino da liberdade”⁵. Na visão de Trotsky, Engels queria sublinhar que uma época de transição, em escala mundial, representa um “salto”, mas, a nível prático este “salto” deveria ser interpretado como um sistema de reformas ou transformações detalhadas (TROTSKY, 1987, pp. 190-191).

Traduzido para a situação soviética, este “salto” representava a possibilidade da condução do desenvolvimento econômico pelo proletariado antes mesmo que a burguesia nacional se consolidasse enquanto uma classe social dominante. Mas, ao mesmo tempo, expressava por parte deste mesmo proletariado o entendimento de que não seria possível ao Estado operário, em face das condições históricas particulares por ele enfrentadas, organizar imediatamente a economia em termos absolutamente socialistas.

Há, assim, na concepção de Trotsky, tal qual se verificava principalmente nos argumentos de Preobrazhensky, a formulação de uma etapa da transição chamada de *acumulação socialista primitiva*, a qual coincide com a forma do desenvolvimento industrial neste período (PREOBRAZHENSKY, 1979). Neste estágio de regularização industrial, do desenvolvimento industrial estatal durante a transição entre o capitalismo e o socialismo, são feitas concessões ao campesinato, há o recurso aos métodos do mercado e admitida a presença de um equivalente geral (dinheiro). As empresas, dessa maneira, estariam sujeitas por um longo período a atividades de tipo transitório, o que significa dizer que orientar-se-iam independentemente via a prova do mercado.

Segundo o ponto de vista de Trotsky, nestas condições particulares do desenvolvimento econômico socialista, em que são associados procedimentos mercantis-capitalistas e socialistas, o mercado tem função significativa. Num primeiro momento, aquele que corresponde à recuperação econômica, as próprias empresas estatais competem entre si e com empresas privadas no espaço do mercado. Há um controle que vem de cima, evidentemente, do Estado, mas também seria inevitável o controle vindo de baixo, do

mercado, e este cumpriria o papel de regulador da indústria estatal, pelo menos até que a indústria leve estivesse aceitavelmente recuperada, antes de se passar à etapa de implantação da indústria pesada. A presença econômica socialista apresentar-se-ia, muito mais, através de intervenções estatais visando correções deliberadas nas atividades do mercado, o que representaria os primeiros passos da planificação socialista, para o que seria necessária uma economia monetária e um sistema de crédito estatal (TROTSKY, 1987, pp. 201-203).

A admissão do retorno do interesse individual como método econômico não era vista de maneira isolada, mas sim no contexto da chamada aliança operário-camponesa, isto é, da ditadura do proletariado. Esta aliança deveria ser compreendida de maneira tal que, com a reintrodução dos elementos mercantis, estes fossem alçados à condição de transfusores de excedentes para a construção do socialismo, ao tempo em que a economia camponesa tivesse suas exigências relativas à acumulação privada resgatadas.

Advém disto que, na primeira metade dos anos 20 seria necessário estabelecer como objetivo econômico principal uma determinada correlação entre a indústria e a agricultura, e dentro da própria indústria, que possibilitasse o desenvolvimento da indústria com um mínimo de crises e, ao mesmo tempo, apontasse para o domínio crescente da indústria e do comércio estatais sobre o capital privado. Mas para que isso se verificasse, seria necessário oferecer à agricultura bens industriais a preços cada vez menores mediante o recurso decisivo dos métodos de registro, organização, produção, venda, verificação do trabalho e outras formas de correções e mudanças. Seria esta a maneira da indústria estatal adaptar-se ao mercado camponês e à potencialidade do campesinato, mantendo seu caráter de indústria estatal e socialista (TROTSKY, 1974, pp. 70, 71, 102 e 103).

A NEP, implementada a partir do final de 1921, é interpretada por Trotsky como um período de utilização de mecanismos econômicos heterogêneos, correspondendo a uma etapa particular da transição entre capitalismo e socialismo, estabelecidos na conformação das relações recíprocas entre a cidade e o campo. Corresponde, evidentemente, a um período em que o crescimento industrial acontece sob determinadas condições. Assim, a NEP se caracterizaria pela simultaneidade da colaboração e de ações contrárias entre as tendências socialistas e capitalistas. Trata-se de uma luta cujo desfecho dependeria da marcha dessas duas tendências, podendo ocorrer o restabelecimento integral do capitalismo se a indústria se desenvolve mais lentamente do que a agricultura.

Nota-se a importância determinante atribuída por Trotsky à indústria para o desenvolvimento econômico soviético. Não poderia ser diferente em se tratando de um marxista presente no palco em que o socialismo estava colocado diretamente, não enquanto postulação teórica, mas já na fase da realização dos esforços materiais para o seu erguimento. Neste sentido, uma certa relação entre a cidade e o campo compõe a base da circulação econômica. E por sua vez, esta relação tem uma dinâmica cujo elemento orientador é a indústria. Nesta relação a agricultura apresenta-se como um fator limitador para o crescimento industrial, mas este limite não é fixo. Isto quer dizer, por outro lado, que a indústria não se desenvolve exclusivamente em função do resultado da produção agrícola, porque ela própria converte-se em um mercado depois de apoiar-se na agricultura para encetar sua reconstrução e um primeiro período de expansão.

O predomínio crescente da indústria na economia do país é uma pré-condição obrigatória para que a agricultura possa elevar seu progresso técnico e seu perfil socialista. Supõe-se, por isso, que a industrialização da agricultura torna-se uma necessidade cada vez mais crescente. Avaliando o papel importante das cooperativas no desenvolvimento agrícola, Trotsky considera que as cooperativas em si, como formas organizativas econômicas particulares, não garantiriam a consecução desse objetivo *como forças puras de organização*. Seriam as cooperativas que se apoiassem na industrialização generalizada da agricultura e na sua eletrificação que estariam aptas a desempenharem esse papel.

3.3 - As relações entre o mercado interno e o mercado mundial

Na concepção de Trotsky, como foi adiantado, se apresenta como pressuposto a necessária relação entre a economia nacional e o mercado mundial. Assim, ao tempo em que a indústria, para o seu desenvolvimento, não poderia se isolar da agricultura, pelo contrário, deveria apoiar-se nela, o país não poderia interromper suas relações com o mercado mundial se postulasse seu desenvolvimento como uma nação socialista.

Logo, passara a ser importante a proporção do tempo de desenvolvimento da economia soviética em relação ao tempo de desenvolvimento do mercado mundial. Contudo, Trotsky chama atenção, não deixaria, também, de ser perigoso essa reentrada no cenário mundial face alguns pontos fracos ostentados pela URSS, tais como, a atomização de sua agricultura, a inferioridade técnica de sua economia e a enorme superioridade produtiva do capitalismo. Mas se impunha uma pergunta obrigatória: *com que rapidez,*

em que direção, seria modificada nos anos seguintes a relação entre a economia soviética e a economia capitalista? (TROTSKY, 1928, pp. 75-79).

O equilíbrio dinâmico da economia soviética, a partir da superação de determinados níveis, exigiria a ampliação de seus limites, o que implica que essa economia não poderia ser tratada como um sistema que se bastaria a si mesma. Na etapa da recuperação, seria aceitável que, para a avaliação do desenvolvimento, o ponto referencial fossem os indicadores econômicos da economia em 1913, antes, portanto, do início da primeira guerra mundial. Depois de 1925 a avaliação do desempenho em qualidade, quantidade e preço da produção soviética deveria ser baseada no parâmetro representado pela própria produção mundial. Um instrumento particular deveria ser adotado para que essa avaliação comparativa com o mercado mundial fosse efetuada, os **coeficientes de comparação**, que serviriam para ajustar a economia não às medidas do Estado, mas sim às do mercado mundial: "(...) se é verdade que a vitória de uma ordem social depende da superioridade da produtividade do trabalho que lhe é inerente (o que é indiscutível para os marxistas), torna-se necessário uma avaliação exata, quantitativa e qualitativa, da produção, tanto no que se refere às operações comerciais correntes, como para a crítica de uma determinada etapa da evolução histórica da economia soviética. (...)" (TROTSKY, 1928, pp. 104-105).

Trotsky relativiza os perigos iminentes às relações entre a economia soviética e o mercado mundial destacando as enormes vantagens advindas dessas relações, as quais permitiriam potencializar os fundamentos econômicos socialistas decorrentes da propriedade social dos meios de produção e da planificação econômica. A própria inserção da economia socialista no mercado mundial, permitindo o acesso à técnica mais desenvolvida, em face da capacidade, mesmo que limitada, desta economia em regular o tráfico econômico, oferece o antídoto contra aqueles perigos já mencionados. Os coeficientes de comparação, portanto, teriam um impulso cada vez mais favorável à economia soviética se o mercado mundial fosse bem aproveitado pelo poder operário.

Uma vez destacado que na concepção de Trotsky as relações econômicas entre a URSS e a economia internacional não deveriam ser rompidas, faz-se necessário ressaltar que ao interior dessa elaboração está presente um outro elemento fundamental. Diz respeito à questão da **planificação**, a qual, naquela oportunidade, representava o emprego dos meios e procedimentos voltados para a obtenção da **proporcionalidade** necessária entre os diversos compartimentos econômicos, ou para o estabelecimento das proporções adequadas entre os diversos setores da economia nacional e desta com o

mercado mundial. O planejamento deveria ser transformado num conjunto de medidas cujo cerne seria encaminhar para o socialismo as distintas formações econômico-sociais que inevitavelmente se apresentavam concretamente ao interior da URSS e que não poderiam ser recusadas integralmente.

Trotsky chama atenção para o fato de que as relações entre indústria e agricultura implicaria a implantação de diversos procedimentos de ordem quantitativa e qualitativa que conduziriam para um universalizante desenvolvimento industrial, compreendendo ao interior desse objetivo a própria industrialização da agricultura. Mas, neste sentido, em decorrência da constatação do atraso soviético, mesmo que fosse possível vislumbrar a proporcionalidade adequada, ela seria muito mais uma concepção presente no discurso do que na prática se a economia nacional não estivesse interligada ao mercado mundial.

Ao mesmo tempo, esta ação orientada para o exterior deveria incluir outros instrumentos que, em certa medida, aparecem como peças partícipes do comércio exterior, em virtude de sua forma monopólica no contexto soviético, e participam de um processo de tomada de decisão, quanto ao uso das mesmas, também de natureza exclusivamente estatais. São mecanismos componentes dos fluxos internacionais de capitais que tem como contrapartida a geração de renda no plano produtivo interno. Obviamente, são fluxos naturais nas relações entre os próprios países capitalistas, a saber, o *crédito internacional* (de financiamento de exportações e importações e, ao mesmo tempo, antecipações sobre uma acumulação futura a ser criada pelo trabalho soviético), as *concessões* (ou investimentos diretos na economia soviética que podem ser vistos, também, como antecipações feitas à economia soviética pela acumulação capitalista mundial) e os *empréstimos internacionais* (a forma mais pura de antecipação sobre a acumulação socialista futura).

O uso dos coeficientes de comparação, então, acopla-se a essa moldura permitida pelo conjunto de variáveis que decorrem das relações estabelecidas com a economia externa. Apresenta-se por meio dessas peças a possibilidade efetiva da prática da planificação. O exercício do plano deveria significar a administração da atividade econômica de acordo com a *racionalidade* econômica socialista, nesta etapa, particularizada em termos da acumulação socialista primitiva. Nas questões práticas, particulares e de perspectiva, os coeficientes seriam insubstituíveis.

A comparação da atividade interna com a economia mundial com base nos coeficientes de comparação conduziria à possibilidade de mudanças, alterações e correções

de rumos, do que implica a necessidade, a cada momento, de se recorrer ou não ao exterior, em maior ou menor escala, para obtenção de produtos acabados, indicações técnicas, máquinas novas, especialistas e concessões.

É possível afirmar que todo o conjunto de procedimentos sugeridos por Trotsky no sentido de implementar o crescimento da economia soviética em bases socialistas tem como norma envoltória as relações indispensáveis com o mercado mundial. Estas surgem no esquema trotskista como uma questão de princípio. É um princípio teórico e, ao mesmo tempo, peça obrigatória para a conformação dos dispositivos materiais exigidos para o cumprimento da etapa “capitalista” do desenvolvimento socialista conforme previsto pela teoria da revolução permanente (TROTSKY, 1928, pp.127-128).

4. Conclusões

Deve ser apontado que o esforço de Trotsky, até aqui mencionado, em pensar o desenvolvimento econômico para a URSS está assentado sobre a hipótese restritiva da não realização, ou do retardamento, da internacionalização da revolução proletária, fato que, uma vez consumado, exigiria uma reflexão a respeito desse desenvolvimento em bases distintas daquelas que se fariam presente na hipótese da eclosão da citada revolução.

Esta afirmação sintetiza a busca de equacionamento da problemática das relações entre as classes em um país atrasado que se propusera a realizar uma transição ao socialismo sem antes experimentar a consolidação da burguesia enquanto classe dominante. Porém, a síntese trotskista sugere a incorporação de métodos que a própria burguesia naturalmente adotaria se tivesse oportunidade de conduzir tal país ao desenvolvimento capitalista enquanto classe *para si*.

Por outro lado, também fica claro que tal norte desenvolvimentista se efetua num ambiente de classes por meio de uma unidade. Unidade política, que vem em primeiro lugar como pré-condição, e econômica, que se estabelece a seguir em termos materiais. Por conseguinte, a aliança operário-camponesa não se concretizaria por intermédio de recursos doutrinários ou ideológicos, ou através do apelo propagandístico calcado nas virtudes do socialismo. O elemento econômico seria determinante, posto que, se o proletariado não estivesse disposto, ou se mostrasse incapaz de oferecer ao campesinato as mercadorias que este necessitava a preços não proibitivos, a burguesia estaria disposta a fazê-lo. Em outras palavras, significa dizer que a melhoria das condições materiais do

componês apresentava-se como o pressuposto principal para que o próprio socialismo buscasse os meios para sua evolução. Como já foi enfaticamente observado, na ótica de Trotsky, progresso para o socialismo tem como sinônimo o desenvolvimento industrial.

Caberia, bem entendido, à indústria estatal organizar-se, no espectro social presente no universo soviético, de maneira a adequar-se àquela exigência. Para isso, todo um sistema econômico particular deveria ser implementado. A organização deste sistema econômico que, como já foi visto, envolve o emprego das variáveis industrialização, proporcionalidade, planificação e economia mundial dentro de uma certa lógica, na fase que se identifica com a acumulação primitiva, representa, em paralelo, o recurso a uma iniciativa voltada para contrabalançar o espontaneísmo presente no crescimento, ou desempenho, da atividade agrícola (TROTSKY, 1928, pp. 127-128).

É possível afirmar que Trotsky compreendia a importância do mercado no conjunto da chamada economia mista com duas conotações explícitas: 1) Em primeiro lugar, partindo da concepção da globalização econômica do capitalismo e da existência do mercado mundial, face ao caráter restrito da revolução proletária, aponta para a necessidade de uma determinada integração da economia nacional à economia internacional. Admite assim a participação da URSS na divisão internacional do trabalho e a vigência da lei do valor, a partir do mercado mundial, sob certos limites, como norma orientadora da organização da atividade econômica interna. 2) Em segundo lugar, concebe a norma do mercado no plano interno muito mais como fator reativador da atividade econômica e, por extensão, como o mecanismo adequado para, em face da circulação econômica daí advinda, promover o desenvolvimento da indústria até uma determinada etapa da transição. Esta concepção econômica para o desenvolvimento socialista tem como seu fulcro, na verdade, a criação das fontes de financiamento para a industrialização.

Evidentemente, num primeiro momento, este financiamento se concentra na extração do excedente da agricultura e deveria permanecer assim por um tempo relativamente longo, até que a acumulação primitiva estivesse concluída em sua etapa mais importante. Entretanto, deveria haver um limite à extração desse excedente, sem o que a demanda por bens industriais gerada na agricultura seria seriamente insuficiente, ou passaria por oscilações fortemente prejudiciais à consolidação da indústria. Logo, vê-se sua concordância parcial com a tese de Preobrazhensky (1979) da "troca desigual" ou trocas "não equivalentes" entre a indústria e agricultura em favor da primeira (PREOBRAZHENSKY, 1979).

Dessa maneira, a construção correta do socialismo deveria estar balizada não pelo ritmo do desenvolvimento ou pela sua rapidez, mas sim pela *direção e rumo* que este deveria seguir. Deriva disto que, para Trotsky, nessa situação, em meio a esse conjunto de forças produtivas, tocadas diretamente pelo Estado, de um lado, e pelo campesinato, de outro, emergia um fundamental conjunto de unidades produtivas chamado por ele de “economia estatal” a quem caberia conduzir *toda* a economia para o socialismo (TROTSKY, 1974, p.83).

Em outras palavras, poderia ser dito que em seu projeto de desenvolvimento “capitalista” para a URSS, Trotsky atribui importância inferior à burguesia como agente organizador da produção neste processo relativamente àquela considerada por Lenin. Em sua análise o próprio proletariado deveria exercer essa função mais concentradamente, o que não estaria em contradição com a permissão dada pelo Estado operário para que a burguesia atuasse como concessionária e, portanto, como “organizadora” de unidades produtivas.

BALANCO, Paulo. *As transformações do capitalismo: formulações teóricas para a composição de uma dialética da globalização*. In: IV Encontro Nacional de Economia Política, Porto Alegre-RS, Anais, 20 pgs., 1 a 4 de junho de 1999.

BALANCO, Paulo. *Socialismo e mercado: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista*. Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, Tese de Doutorado, 268 p., 1997.

BERTELLI, Antonio Roberto (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.

BLACKBURN, Robin. *O socialismo após o colapso*. in BLACKBURN, R, org, *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

BOTTOMORE, Tom. *The socialist economy - theory and practice*. New York, Harvester-Wheatsheaf, 1990

CARR, E. H. *História da Rússia soviética - A revolução bolchevique - (1917-1923)*. Porto, Afrontamento, vol. 2, 1979.

COSTA, Iraci del Nero da & MOTTA, José Flávio. *Hegel e o fim da história: algumas especulações sobre o futuro da sociabilidade humana*. Rio de Janeiro. 7 Letras, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 7, dezembro 2000.

DAY, Richard B. *Leon Trotsky on the dialectics of democratic control*. In WILES, P. (ed.), *The soviet economy on the brink of reforms: essays in honor of Alec Nove*. Boston, Unwin Hyman, 1988.

DAY, Richard B. *Leon Trotsky and the politics of economic isolation*. London, Cambridge University Press, 1973.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o profeta armado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

ELSON, Diane. *A economia de um mercado socializado*. In BLACKBURN, Robin (org), *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo, Global, 1984.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

GILL, Louis. *As transformações econômicas no Leste*. In NÓVOA, Jorge (org.), *A história à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1993.

GORZ, André. *A nova agenda*. In BLACKBURN, Robin, org, *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

HABERMAS, Jürgen. *A revolução e a necessidade de revisão na esquerda - o que significa socialismo hoje?* In BLACKBURN, Robin, org, *Depois da queda - o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

KOWALIK, T. *Kautsky*. In EATWELL, John. *The new palgrave dictionary of marxian economics*, London, 1990. p. 218-21

LÊNIN, Wladimir. I. *Sobre o imposto em espécie - o significado da Nova Política Econômica e suas condições*. In BERTELLI, A. R. (org). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.

MANDEL, Ernest. *Socialismo X Mercado*. São Paulo, Ensaio, 1991.

MANDEL, Ernest. *Trotsky: um estudo da dinâmica de seu pensamento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. In MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. Lisboa, Edições Avante, Tomo III. 1985.

MARX, Karl. *Prefácio a Para a crítica da economia política*. In *Marx*. São Paulo, Nova Cultural, Os Pensadores, vol. I, 1987.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O manifesto comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/Contraponto, São Paulo/Fundação Perseu Abramo, 1998.

NOVE, Alec. *Economia Soviética e Marxismo: qual modelo socialista?* In HOBBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. VII, 1986.

NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo, Ática, 1989.

- POLANYI, Karl. *A grande transformação* Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PREOBRAZHENSKY, Eugen. *A nova econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PREOBRAZHENSKY, Eugen. *As perspectivas da Nova Política Econômica*. In BERTELLI, A. R (org). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.
- TROTSKY, Leon. *Informe sobre a Nova Política Econômica soviética e as perspectivas da revolução*. In BERTELLI, A. R (org). *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global, 1987.
- TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo, Global, 1980.
- TROTSKY, Leon. *A história da revolução russa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Vols. 1, 1977.
- TROTSKY, Leon. *El nuevo curso* Córdoba. Cuadernos de Pasado y Presente, No. 27, 1974.
- TROTSKY, Leon. *O plano quinquenal*. São Paulo, Editora Unitas, 1931.
- TROTSKY, Leon. *Adonde va Rusia? Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?*. Madrid, Ediciones Oriente, 1928.
- WAINWRIGHT, Hilary, *Uma resposta ao neoliberalismo — argumentos para uma nova esquerda*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- WRIGHT, Erik Olin (ed.). *Equal shares: making market socialism work*. Verso, London, 1996.
-

Notas

¹ Este artigo está baseado parcialmente no capítulo III de minha tese de doutoramento (BALANCO, 1997).

² Doutor em economia pela UNICAMP. Professor da Faculdade e Curso de Mestrado em Economia da UFBA.

³TROTSKY (1987; 1974; 1928).

⁴ Uma apresentação das reformas efetuadas, entre as décadas de 60 e 80, em determinados países do bloco soviético e na China é feita por BOTTMORE (1990, cap. 6).

⁵ "(...) Os poderes objetivos e estranhos que até aqui vinham imperando na história, colocam-se sob o controle do próprio homem. Só a partir de então, ele começa a traçar a sua história com plena consciência do que faz. E só daí em diante as causas sociais postas em ação por ele começam a produzir predominantemente, e cada vez em maior medida, os efeitos desejados. É o salto da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade. (...)". In ENGELS, 1984, pp. 76-77.
